

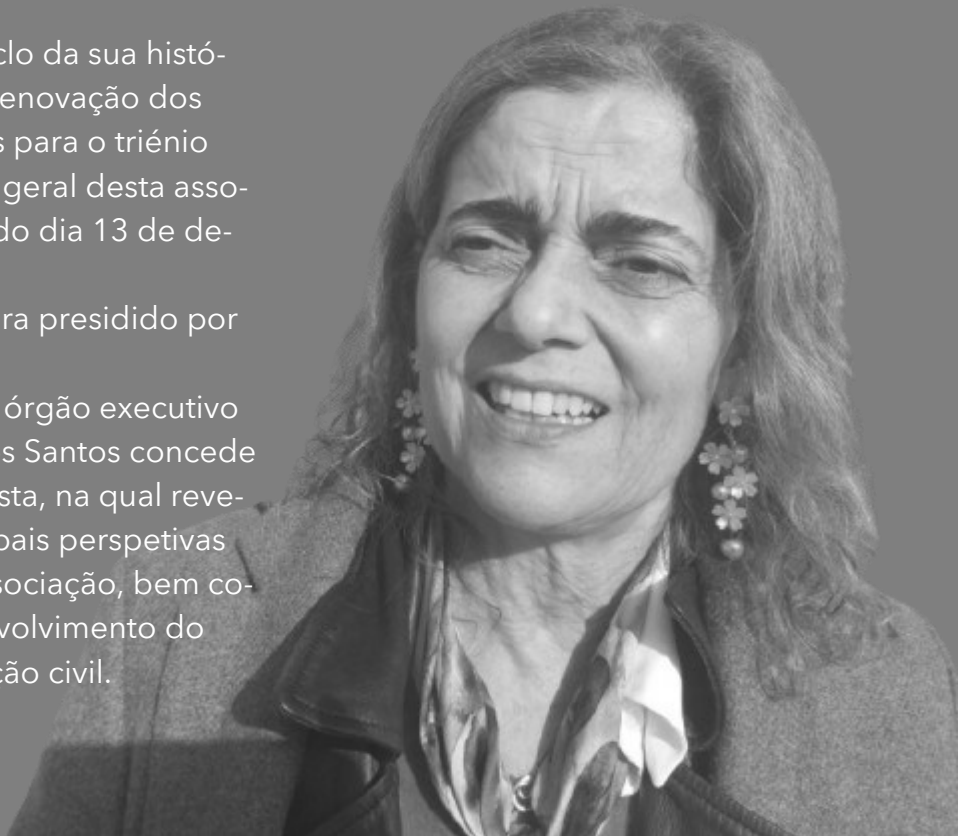


"A PROTEÇÃO CIVIL NÃO SE FAZ APENAS COM PLANOS E SISTEMAS. FAZ-SE COM PESSOAS"

O CEIPC inicia um novo ciclo da sua história, com uma significativa renovação dos seus órgãos sociais, eleitos para o triénio 2026-2028, na assembleia geral desta associação, realizada no passado dia 13 de dezembro.

O Conselho Diretivo é agora presidido por **Isabel Abreu dos Santos**.

Empossada como líder do órgão executivo do CEIPC, Isabel Abreu dos Santos concede-nos a sua primeira entrevista, na qual revela algumas das suas principais perspetivas sobre a evolução desta associação, bem como enquadra-as no desenvolvimento do sistema nacional de proteção civil.



(página 4 a 6)

NESTA EDIÇÃO

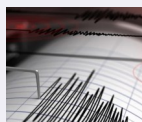
3.ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO CIVIL



Página 2 e 3

Inscrições Abertas!

UM APELO À RESPONSABILIDADE COLETIVA E À AÇÃO PREVENTIVA



Página 6 e 7

PROTEÇÃO CIVIL: UMA DIMENSÃO ESQUECIDA DA SEGURANÇA NACIONAL



Página 8

NA PRÓXIMA EDIÇÃO



Entrevista com o Secretário de Estado da Proteção Civil, Rui Rocha

DESTAQUE**3.ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS****GESTÃO DE EVENTOS EXTREMOS E EMERGÊNCIAS COMPLEXAS**

No próximo dia **21 de abril** realiza-se a 3.ª Conferência Nacional sobre Políticas Públicas de Proteção Civil, organizada pelo Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil (CEIPC), com o apoio da Ordem dos Engenheiros, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, E-REDES, ESRI e TECNORÉM.

Subordinado ao tema **“Gestão de Eventos Extremos e Emergências Complexas”**, este evento ocorrerá no **Auditório da E-REDES, em Lisboa**.

O tema desta Conferência insere-se no ciclo de Conferências sobre as Políticas Públicas de Proteção Civil, iniciado em 2024 pelo CEIPC, tendo como objetivo a análise de eventos climáticos extremos, bem como quaisquer outras emergências complexas, enquanto ameaças à segurança humana.

Face à crescente frequência da tipologia de ocorrências anteriormente descritas, impõe-se a convocação de toda a massa crítica disponível, para sustentar as políticas públicas, desenhadas a partir das organizações, instituições e centros produtores de conhecimento.

É este o principal propósito desta jornada de reflexão e partilha de saberes.

Nesta edição divulgamos o programa final da Conferência. Registamos com particular orgulho o conjunto de prestigiados oradores que nos dão a honra de intervir nos seis painéis temáticos, assim como o conferencista de encerramento do evento.

No cartaz que aqui publicamos inserimos um **QR Code** através do qual poderão inscrever-se todos os interessados em participar nesta Conferência. ■

Atenção: embora a inscrição seja gratuita, agradecemos que só se inscreva se tiver intenção de estar presente.

Contamos com a sua presença!

Duarte Caldeira
Coordenador da Conferência

3.ª Conferência Nacional

Gestão de Eventos Extremos e Emergências Complexas

21 Abril 2026

Auditório EDP | Lisboa

Organização

CENTRO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM PROTEÇÃO CIVIL

Inscrições aqui!

Apoios

E-REDES, GRUPO TECNORÉM, esri Portugal

Apoios Institucionais

LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL

3.ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO CIVIL

GESTÃO DE EVENTOS EXTREMOS E EMERGÊNCIAS COMPLEXAS

21 de abril de 2026

(terça-feira)

Auditório da EDP

08h45 – **Acreditação**

09h30 – **Sessão de Abertura**

10h00 – **1.º Painel - As engenharias na previsão e mitigação dos riscos**

Isabel Lança – Presidente do Conselho Diretivo da Região Centro da Ordem dos Engenheiros

Humberto Varum – Presidente do Conselho Nacional do Colégio de Engenharia Civil da Ordem dos Engenheiros

Carlos Mineiro Aires – Presidente da Mesa da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros.
Moderador – **Duarte Caldeira** – Instituto Direito e Segurança (IDeS)

11h00 – **2.º Painel - Resposta às emergências do século XXI com tecnologias do século XX**

Hugo Gonçalves – Coordenador Municipal de Proteção Civil do Município de Pombal.

Richard Marques – Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil da Região Autónoma da Madeira

Alexandre Penha – Adjunto de Operações Nacional da ANEPC

Moderador – **Rodrigo Silva** – Lead, Defesa e Segurança da ESRI

12h00 – **3.º Painel - Gestão de desastres e disrupção em complexos industriais**

Carlos Sousa Oliveira – Professor Jubilado do Instituto Superior Técnico

Mário Lopes – Professor do Instituto Superior Técnico

Mónica Ferreira – Presidente do Centro Europeu de Riscos Urbanos (CERU)

Moderador – **Duarte Caldeira** – Instituto Direito e Segurança (IDeS)

13h00 – **Almoço**

14h30 – **4.º Painel - Pensar as infraestruturas críticas**

Luís Oliveira Santos – Investigador Coordenador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Maria do Céu Almeida – Investigadora Coordenadora do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

António Araújo Correia – Investigador Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil

Moderador – **António Niza Pato** – Presidente do CF do CEIPC

15h30 – **5.º Painel - Que Planeamento de Emergência?**

Manuel João Ribeiro – Professor Universitário

André Fernandes – Ex-Comandante Nacional da ANEPC

Pedro Terras Marques – Diretor da Área Grid Management da E-REDES

Moderador – **Mário Macedo** – Vice-Presidente do CD do CEIPC

16h30 – **6.º Painel - Comunicação de crise e informação pública**

Carlos Enes – Jornalista

Isabel Abreu dos Santos – Investigadora Integrada no MARE.NOVA

Bernardo Almeida – Cidadão

Moderador – **Ana Moutinho** – Vice-Presidente do CEIPC

17h30 – **Conferência de Encerramento**

A Gestão política de Emergências Complexas

Francisco George – Ex-Diretor Geral de Saúde e Ex-Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa

18h00 – **Sessão de Encerramento**

18h30 – Fim da Conferência

ENTREVISTA

“A PROTEÇÃO CIVIL NÃO SE FAZ APENAS COM PLANOS E SISTEMAS. FAZ-SE COM PESSOAS”

O CEIPC inicia um novo ciclo da sua história, com uma significativa renovação dos seus órgãos sociais, eleitos para o triénio 2026-2028, na assembleia geral desta associação, realizada no passado dia 13 de dezembro.

O Conselho Diretivo é agora presidido por Isabel Abreu dos Santos.

É doutorada em Meio Ambiente e Sustentabilidade; Mestre em Engenharia Ambiental e em Engenharia Civil; Investigadora Integrada no MARE. NOVA da Universidade Nova; Consultora em avaliação de impacto ambiental, sistemas de gestão ambiental, avaliação de riscos, comunicação e governança de riscos, e sustentabilidade.

Empossada como líder do órgão executivo do CEIPC, Isabel Abreu dos Santos concede-nos a sua primeira entrevista, na qual revela algumas das suas principais perspetivas sobre a evolução desta associação, bem como enquadra-as no desenvolvimento do sistema nacional de proteção civil.

NEWS - Gostaria que começasse por nos dar conta da forma como iniciou a sua ligação ao CEIPC?

Isabel Abreu dos Santos (IAS) - A minha ligação ao CEIPC começou antes de eu própria perceber que já cá pertencia. Começou antes de o CEIPC ser CEIPC, de tertúlias, inquietações e conversas e da necessidade de se criar um espaço de reflexão e ação que contribuísse para uma cultura de risco e cidadania na área da prevenção e proteção civil. Iniciei a área de conhecimento em engenharia do ambiente; acreditava que era preciso fazer alguma coisa para alterar hábitos e costumes cada vez mais afastados da nossa essência natural, e racionalmente desinseridos dos ecossistemas que constituem a vida na biosfera. Depois por surpre-

sas da vida, a família deslocou-se para os EUA onde me iniciei na ciência do risco, da comunicação de risco, da segurança. Juntei as duas áreas: ambiente e sustentabilidade com gestão e comunicação de risco e tem sido uma paixão de aprendizagens até hoje e a continuar.

Sempre acreditei no poder das pessoas. Na capacidade de construirmos uma sociedade mais generosa, harmoniosa, e resiliente o que depende não apenas das instituições, mas também da capacidade de envolver cidadãos, comunidades e organizações locais. Acredito ser possível tecer e co-construir uma cultura de risco onde o cidadão seja capaz de gerir melhor as suas vidas.

Evolui a trabalhar na interseção entre risco, comunicação e cidadania, e o CEIPC é um lugar onde eu me identifico e reconheço – pela forma como colaborativamente se olha para o risco não apenas como um problema técnico, mas como uma dimensão humana, social e profundamente cívica. Ao longo dos anos, fui encontrando no CEIPC uma comunidade de pessoas que acreditam que proteger é

também educar, comunicar, envolver e capacitar. Pessoas que me inspiram, sen-

tem que o risco faz parte da vida, mas que a preparação, o conhecimento e a solidariedade podem transformar vulnerabilidades em resiliência. O CEIPC tornou-se uma casa intelectual e cívica,



Ao longo dos anos, fui encontrando no CEIPC uma comunidade de pessoas que acreditam que proteger é também educar, comunicar, envolver e capacitar.

continuamente em construção, onde se encontram pessoas com a mesma vontade de transformar vulnerabilidades em resiliência e de trazer o risco para o centro da cidadania.

NEWS - O CEIPC tem 15 anos de atividade. Acompanhou de perto a sua evolução. Qual o balanço que faz do referido período?

IAS - O balanço destes 15 anos é profundamente positivo. O CEIPC cresceu com coerência, com rigor e com uma visão muito clara: a de que Portugal precisa de uma cultura de risco mais consciente, mais participativa e mais preventiva, colocando o cidadão no centro da atividade.

O que mais me impressiona é que, apesar de ser uma organização pequena, o CEIPC sempre teve um impacto enorme. Tem sido interventivo, pioneiro e crítico da necessidade de se ir mais além nas políticas e práticas de proteção civil. E fez tudo isto com independência, com coragem e com uma capacidade rara de unir pessoas de diferentes áreas em torno de um propósito comum.

O CEIPC nunca se limitou a estudar ou reportar o risco. Sempre procurou agir sobre ele. Persistiu, inovou e foi construindo credibilidade passo a passo. Hoje, é uma organização madura, com uma identidade própria e um papel reconhecido no ecossistema da proteção civil.

NEWS - Que relevância tem para o Sistema de Proteção Civil, em Portugal, a intervenção de uma associação de intervenção cívica como o CEIPC?

IAS - É minha convicção que o CEIPC tem uma relevância única porque ocupa um espaço que mais ninguém ocupa: o espaço da ponte. Ponte entre ciência e cidadania, entre instituições e comunidades, entre conhecimento técnico e linguagem acessível. Além disso apresenta independência e coerência.

Uma associação cívica pode olhar para os desafios da proteção civil com liberdade, propor caminhos alternativos e aproximar temas complexos das pes-

soas. Num sistema que precisa cada vez mais de colaboração e confiança, o CEIPC funcio-

na como um espaço de diálogo entre quem decide, quem estuda e quem vive os riscos no dia a dia. Essa ponte é essencial para que a proteção civil seja mais próxima, mais compreendida e mais participada.

A proteção civil não se faz apenas com planos e sistemas. Faz-se com pessoas. E o CEIPC tem sido, desde a sua origem, um catalisador dessa energia cívica.

NEWS - No seu ponto de vista, quais são as questões-chave do sistema de Proteção Civil, face aos desafios e ameaças decorrentes dos riscos identificados no nosso país?

IAS - Vejo a necessidade de nos desarranjarmos, de nos virarmos do avesso, de pensar diferente porque os riscos, a sociedade evolui continuamente; o novo paradigma da organização da sociedade humana apresenta-se transdisciplinar, complexo, sistémico. Priorizando identifiquei cinco questões estruturantes:

1. A necessidade de uma visão sistémica e de antecipar

Os riscos já não são lineares. São globais, interdependentes e muitas vezes invisíveis. Precisamos de olhar para eles como sistemas, não como eventos isolados. E também de reforçar a capacidade de prever, planear e agir antes que os eventos aconteçam. Estudos apontam para uma proporção de um para 7, isto é, 1€ de investimento na prevenção equivale a 7€ gastos na resposta. Então porque não prevenir?

Sem conhecimento, não há preparação. E sem preparação, não há resiliência.

2. Transdisciplinaridade e Cooperação entre setores

Os riscos atuais atravessam fronteiras disciplinares, institucionais, sociais, económicos, ambientais. A resposta tem de ser igualmente transversal.

Estes desafios exigem uma visão em contínua evolução, atualizada da proteção civil, mais aberta, mais colaborativa e mais próxima das comunidades.

3. A urgência de reforçar a literacia do risco e a clareza da comunicação

Sem conhecimento, não há preparação. E sem preparação, não há resiliência. Democratizar o conhecimento é democratizar a proteção.

A informação tem de ser útil, compreensível e orientada para a ação. Experimentada e vivida. Sem isso, perde eficácia.

4. A importância da confiança

A confiança é o cimento invisível da proteção civil (e da sociedade em geral). Sem confiança, não há comunicação eficaz, não há adesão às medidas, não há ação coletiva.

5. O Envolvimento ativo das pessoas e a participação cidadã

A proteção civil não pode continuar a ser vista como algo que se faz “para” as pessoas. Tem de ser feita “com” as pessoas. A corresponsabilidade é a base da resiliência.

Estes desafios pedem colaboração, transparência e coragem para mudar paradigmas.

NEWS - Está a iniciar o seu mandato como Presidente do Conselho Diretivo desta associação. Quais os seus objetivos e projetos futuros para o triénio?

IAS - Entro neste mandato com um profundo sentido de responsabilidade, com a honra e a herança de um líder inspirador, o Duarte Caldeira, e com a

A cultura de risco constrói-se no território: nas comunidades, nas autarquias, nas freguesias, nas escolas, nos bombeiros, nas associações locais, nos espaços onde o risco se vive e se aprende.

consciência de que nada se constrói sem a colaboração ativa de todos. O CEIPC é, e continuará a ser, uma comunidade de pessoas que acreditam que proteger é cuidar, planear e agir.

A minha visão assenta num trabalho colaborativo onde se destacam três grandes eixos:

1. Educação e Juventude

Aproximar os jovens do tema do risco. Eles têm criatividade, energia e visão tecnológica. Motivar para que sejam embaixadores do risco e evangelistas da resiliência.

2. Comunidade e Proximidade

A cultura de risco constrói-se no território: nas comunidades, nas autarquias, nas freguesias, nas escolas, nos bombeiros, nas associações locais, nos espaços onde o risco se vive e se aprende. É necessário reforçar esta ligação e criar espaços de participação real, onde cada pessoa sinta que tem um papel.

3. Ciência e Doutrina

O CEIPC tem de continuar a produzir conhecimento, divulgar boas práticas, promover debates, publicar e divulgar conteúdos e contribuir para políticas públicas informadas. A ciência é o nosso guia, a experiência de casos vividos a bússola.

E tudo isto sustentado por três princípios que considero essenciais: **colaboração, transparência e confiança.**

Pretendo trabalhar com todos para que o CEIPC continue a ser um espaço onde se pensa, se experimenta, se questiona e se constrói. Um espaço onde a gestão do risco deixa de ser invisível e passa a ser uma dimensão consciente da cidadania. Um trabalho com consequências na cultura vivida de risco das comunidades. ■



OPINIÃO

UM APELO À RESPONSABILIDADE COLETIVA E À AÇÃO PREVENTIVA

Miguel Salema Garção - Gestor. ExeCom Verlingue Portugal**Mónica Amaral Ferreira** - Especialista em Risco sísmico. Presidente do Centro Europeu de Riscos Urbanos

O risco sísmico em Portugal é conhecido, estudado e quantificável. O que continua a faltar não é informação científica, mas sim decisão coletiva, compromisso cívico e ação preventiva sustentada. A história demonstra que a inação antes de um desastre se traduz sempre em custos humanos, sociais, ambientais e económicos incomparavelmente mais elevados depois dele.

A sociedade civil tem um papel central neste desafio. Informar-se, exigir políticas públicas consistentes, adotar comportamentos de prevenção e investir na proteção do património são atos de cidadania e de responsabilidade intergeracional. A preparação para o risco sísmico não é um exercício de alarmismo, mas de prudência e solidariedade.

As empresas, por sua vez, são atores-chave na construção da resiliência nacional. Incorporar o risco sísmico nas estratégias de gestão, proteger ativos e pessoas, assegurar a continuidade do negócio e promover boas práticas junto de colaboradores e parceiros não é apenas uma decisão financeira - é um contributo direto para a estabilidade económica e social do país. Empresas mais preparadas são economias mais resilientes.

Uma parte significativa do edificado português foi construída antes da entrada em vigor do primeiro regulamento de construção sismo-resistente, em 1958, não estando preparada para resistir a sismos moderados a fortes. Do parque habitacional construído, 47% das habitações não tem qualquer seguro, 34% possuem seguros de incêndio ou multiriscos sem cobertura sísmica e apenas 19% incluem cobertura para risco sísmico.

A extensão obrigatória desta cobertura aos seguros existentes permitiria aumentar a taxa de penetração para 34%, reduzindo significativamente o *protection gap*ⁱ. Estima-se que 81% do parque habitacional - equivalente a cerca de 520,2 mil mi-



lhões de euros (ASF e outros) - permaneça economicamente desprotegido face ao risco sísmico.

Este cenário é agravado pelo fenómeno do infraseguro, resultante da não atualização dos capitais seguros face ao aumento dos custos de construção. Quando se considera também o património industrial, comercial, de serviços e as infraestruturas públicas, o valor económico em risco cresce exponencialmente.

Portugal apresenta, assim, uma exposição sísmica média a elevada, associada a uma das mais baixas taxas de cobertura seguradora da Europa, sendo simultaneamente um dos poucos países sem um sistema estruturado de proteção contra riscos catastróficos.

A redução do *protection gap* e da vulnerabilidade estrutural exige uma aliança entre cidadãos, empresas, setor segurador, comunidade científica e Estado. Investir hoje em prevenção, reforço estrutural, educação para o risco e proteção financeira é garantir que, quando o próximo sismo ocorrer - porque ocorrerá - Portugal estará melhor preparado para resistir, responder e recuperar.

A escolha é coletiva e o tempo de agir é agora. ■

ⁱ O *protection gap* corresponde à diferença entre o potencial de cobertura de pessoas, atividades e patrimónios através de seguros, e a dimensão da cobertura realmente existente.

OPINIÃO

PROTEÇÃO CIVIL: UMA DIMENSÃO ESQUECIDA DA SEGURANÇA NACIONAL**Rodrigo Gonçalves da Silva**

Mestre em Relações Internacionais

Em Portugal, continuamos a reagir às catástrofes em vez de as prevenir. Incêndios, cheias, sismos ou falhas críticas de infraestruturas são tratados como surpresas, quando deviam ser enfrentados com um sistema de proteção civil estruturado, coordenado, moderno e estratégico. Hoje, esse sistema é fragmentado, desequilibrado, subfinanciado e excessivamente operacional.

A proteção civil é uma função essencial do Estado, intimamente ligada à segurança nacional e à confiança dos cidadãos. Num mundo de riscos complexos e interligados; alterações climáticas, crises tecnológicas e ameaças híbridas, a gestão do risco deixou de ser apenas uma questão técnica para se tornar uma questão de soberania.

O modelo atual de PROCIV revela falhas claras: múltiplas entidades sem coordenação efetiva, serviços municipais – o verdadeiro domínio territorial da proteção civil – subdimensionados, conhecimento científico pouco aplicado e recursos mal distribuídos. O resultado é um país estruturalmente vulnerável, onde os cidadãos continuam a pagar o preço destas ineficiências.

As alterações na estrutura territorial da Proteção Civil, com o fim dos 18 Comandos Distritais de Operações e Socorro (CDOS) e a criação de 24 comandos sub-regionais, revelaram-se desastrosas para a organização do sistema e tudo indica que serão revertidas a curto prazo. Este episódio demonstra a ausência de planeamento estruturado e a falta de uma visão coerente, ajustada às reais exigências do território.

Acresce ainda a necessidade urgente de modernizar e robustecer os sistemas de informação da Proteção Civil, em particular plataformas estruturantes como o SADO ou o FEB Monitorização. Estes sistemas continuam fragmentados, tecnologicamente

desatualizados e com fraca interoperabilidade. Num contexto de riscos complexos e dinâmicos, a decisão operacional e estratégica exige dados fiáveis, em tempo real e integrados. Sem uma transformação digital séria, a Proteção Civil continuará a operar com défices críticos de antecipação e coordenação.

É, por isso, imperativo repensar o sistema com visão estratégica, integrando o Estado, os municípios, a academia, as forças operacionais e a sociedade civil. Só assim será possível prevenir, mitigar, preparar, responder e recuperar de forma eficiente, transformando crises em situações efetivamente geridas.

Uma medida central para esse objetivo é a aprovação de uma nova Lei de Bases da Proteção Civil, que consagre princípios claros, competências bem definidas e mecanismos eficazes de coordenação entre todos os níveis de governo e os diferentes atores envolvidos. Esta lei deve resultar de um processo participado, envolvendo a sociedade, a academia e as forças operacionais, garantindo um sistema moderno, coerente e preparado para os desafios do século XXI.

Para concluir, relativamente ao tema em análise, a Constituição da República Portuguesa apresenta falhas graves que não podem ser mais ignoradas. A mais evidente é a omissão total de referências à Proteção Civil enquanto função essencial do Estado. Num contexto marcado por crises recorrentes, catástrofes naturais e riscos cada vez mais complexos e interligados, esta lacuna não é apenas conceptual: é uma falha política e estrutural. ■



ASSOCIADO DO MÊS

Continuamos a divulgar o perfil de associados do CEIPC que, pela qualificação e mérito dos seus currículos, muito valorizam o nosso corpo social. Nesta edição divulgamos o perfil do nosso associado, **Paulo César Santos Alberto**.

Síntese biográfica

Natural de Lisboa, nascido em maio de 1972, é licenciado em Proteção Civil pelo Instituto Politécnico de Leiria, possuindo especialização em Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho pelo Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa, bem como em Direção de Segurança pela Universidade Aberta, com habilitação de Técnico Superior de Segurança e Saúde no Trabalho - Nível VI e de Diretor de Segurança.

Em 2014 ingressou no Grupo EDP, exercendo atualmente as funções de Subdiretor responsável pela área de *Security & Business Continuity* da E-REDES e da Plataforma de Redes do Grupo EDP. No âmbito das suas funções, assegura a gestão da segurança física e da continuidade do negócio da empresa, sendo o Agente de Ligação de Segurança designado no contexto das Infraestruturas Críticas Nacionais.

É igualmente representante da E-REDES na Subcomissão da Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (PNRRC), no Protocolo de Cooperação estabelecido no âmbito do Programa *ReSist* da Câmara Municipal de Lisboa, no *Working Group for Business Continuity (BCM)* da EU DSO ENTITY e na *Task Force on Physical Security* do EE-ISAC (*European Energy Information Sharing & Analysis Centre*).

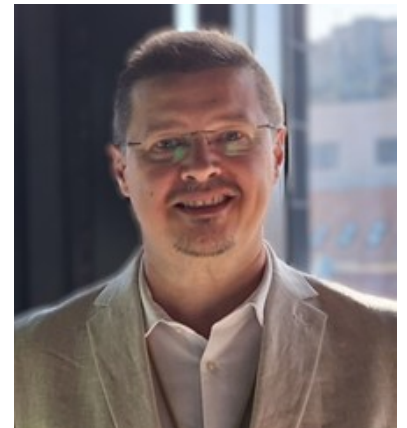
É desde 2024 o Presidente da PSAT - Associação de Promoção da Segurança de Ativos Técnicos, em representação da E-REDES, reforçando a sua intervenção estratégica na promoção da segurança e proteção dos ativos das entidades que prestam serviços essenciais.

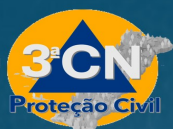
No âmbito da sua carreira profissional, exerceu, ao longo dos anos, diversas funções no domínio da segurança, destacando-se o cargo de Coordenador Adjunto de Segurança no Centro Cultural de Belém. Formador com mais de 20 anos de experiência, ministrou formação, para corpos de bombeiros e outras entidades públicas e privadas, nas suas áreas de especialização. Ministrou também formação no Curso Profissional de Técnico de Proteção Civil, na Escola Profissional Gustave Eiffel.

Bombeiro Voluntário, integrou o Corpo de Bombeiros Voluntários Lisbonenses em 1988, onde iniciou a sua carreira de bombeiro, tendo progredido até ao posto de Subchefe, já no Corpo de Bombeiros Voluntários de Barcarena, no qual ingressou em 2001. No ano de 2011, transitou para a Carreira de Oficial Bombeiro, regressando aos Bombeiros Lisbonenses, onde assumiu funções de Adjunto de Comando até 2014, ano em que passou ao quadro de reserva.

Nas suas atividades de voluntariado, realizou múltiplas formações nas áreas da emergência pré-hospitalar, socorro e salvamento, combate a incêndios, quadros de comando, gestão de emergência e logística, entre outras. Desde 2003 exerceu igualmente funções como Formador de Tripulante de Ambulância de Transporte, pela Escola Nacional de Bombeiros, e como Formador de Primeiros Socorros, pela Cruz Vermelha Portuguesa.

Associado do CEIPC, desde 2023, é atualmente suplente da lista de membros à composição da Mesa da Assembleia Geral (2026-2028). ■



A FECHAR

3.ª Conferência Nacional

Gestão de Eventos Extremos e Emergências Complexas

**Inscrições aqui!****Abril
2026****Auditório EDP | Lisboa**

Organização

**CENTRO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO
EM PROTEÇÃO CIVIL****Apoios****Apoios Institucionais****LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL****CENTRO DE ESTUDOS E INTERVENÇÃO EM PROTEÇÃO CIVIL**

Associação Privada Sem Fins Lucrativos fundada em 17 de abril de 2010

Siga-nos em: WWW.CEIPC2025